



## FUNDAÇÃO MUNICIPAL PARA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA - FUMEC CONCURSO PÚBLICO – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EDITAL Nº 01/2014

### Cód. 27 – Professor Substituto de Educação Profissional Área – Direito

#### A religação dos saberes

Mudanças profundas ocorreram em escala mundial nas últimas décadas do século 20, entre elas o avanço da tecnologia de informação, a globalização econômica e o fim da polarização ideológica entre capitalismo e comunismo nas relações internacionais. Diante desse cenário, o sociólogo francês Edgar Morin percebeu que a maior urgência no campo das ideias não é rever doutrinas e métodos, mas elaborar uma nova concepção do próprio conhecimento. No lugar da especialização, da simplificação e da fragmentação de saberes, Morin propõe o conceito de complexidade.

Ela é a ideia-chave de *O Método*, a obra principal do sociólogo, que se compõe de seis volumes, publicados a partir de 1977. A palavra é tomada em seu sentido etimológico latino, "aquilo que é tecido em conjunto". O pensamento complexo, segundo Morin, tem como fundamento formulações surgidas no campo das ciências exatas e naturais, como as teorias da informação e dos sistemas e a cibernética, que evidenciaram a necessidade de superar as fronteiras entre as disciplinas. "Ele considera a incerteza e as contradições como parte da vida e da condição humana e, ao mesmo tempo, sugere a solidariedade e a ética como caminho para a religação dos seres e dos saberes", diz Izabel Cristina Petraglia, professora do Centro Universitário Nove de Julho, em São Paulo.

Para o pensador, os saberes tradicionais foram submetidos a um processo reducionista que acarretou a perda das noções de multiplicidade e diversidade. A simplificação, de acordo com Morin, está a serviço de uma falsa racionalidade, que passa por cima da desordem e das contradições existentes em todos os fenômenos e nas relações entre eles.

Acima de tudo, o sociólogo francês defende a introdução da incerteza e da falibilidade na rigidez cultural do Ocidente. As limitações causadas pela compactação do conhecimento, de acordo com o educador, são responsáveis por manter o espírito humano em sua pré-história. Além disso, a tendência de aplicar conceitos abstratos vindos das ciências exatas e naturais ao universo humano resulta em desconsideração por aspectos como o ambiente, a história e a psicologia, entre outros. Um exemplo, diz o pensador, é a economia, a mais avançada das ciências sociais em termos matemáticos e a menos capaz de trabalhar com regularidades e previsões.

Para recuperar a complexidade da vida nas ciências e nas atividades humanas, Morin recomenda um pensamento crítico sobre o próprio pensar e seus métodos, o que implica sempre voltar ao começo. Não se trata de círculo vicioso, mas de um procedimento em espiral, que amplia o conhecimento a cada retorno e, assim, se coaduna com o fato de o homem ser sempre incompleto - o aprendizado é para toda a vida. "A reforma do pensamento pressupõe a consciência de si e do mundo", diz Izabel Cristina. "Ela decorre da reforma das instituições e vice-versa."

Nos processos em espiral, é necessário conhecer os conceitos de ordem, desordem e organização. Do ponto de vista da complexidade, ordem e desordem convivem nos sistemas. O que diferencia o todo da soma das partes é o que Morin denomina comportamento emergente. Nos seres humanos, a dinâmica entre ordem e desordem se subordina à ideia de autoeco-organização: a transformação extrapola o indivíduo, se estendendo ao ambiente circundante. Uma vez que tudo está interligado, a solidariedade é tida pelo sociólogo como peça fundamental para superar aquilo que denomina crise planetária - uma situação de impotência diante de incertezas que se acumulam.

Não há espaço em que a fragmentação do conhecimento esteja tão explícita quanto na escola, com sua estrutura tradicional de parcelamento do tempo em função de disciplinas estanques. Por outro lado, a diversidade de sujeitos e objetivos em busca de conexões faz da sala de aula um fenômeno complexo, ideal para iniciar o processo de mudança de mentalidades defendida por Morin. A meta é a transdisciplinaridade. "Só convencido de que tudo se liga a tudo e de que é urgente aprender a aprender, o educador adquirirá uma nova postura diante da realidade, necessária para uma prática pedagógica libertadora", observa Izabel Cristina.

Contra a ideia arraigada de que a decomposição do conhecimento responde à suposta limitação intelectual das crianças, o pensador afirma que elas têm as mesmas inquietações dos adultos. Ouvir os alunos, naturalmente sintonizados com o presente, é a melhor maneira de o professor investir na própria formação. Esse também é o caminho para construir um programa de ensino focado no próprio estudante e suas referências culturais, porque as grandes metas da educação deveriam ser o desenvolvimento da compreensão e da condição humana. Segundo Morin, o profissional mais preparado para operar essa mudança de enfoque é o professor generalista dos primeiros anos do Ensino Fundamental, por ter uma visão ampla do processo.

Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/pensadores-da-educacao/>

1. Após a leitura do primeiro parágrafo é correto afirmar que o sociólogo francês Edgar Morin, em virtude das mudanças que ocorreram nas últimas décadas do século XX, há necessidade de:

- ( ) rever as doutrinas.
- ( ) rever os métodos.
- ( ) elaborar novos métodos.
- ( ) elaborar uma nova concepção do próprio conhecimento.

Analise as afirmativas acima e classifique-as como (V) verdadeira ou (F) falsa. A seguir, assinale a alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo.

- A) V – F – V – F.
- B) F – F – F – F.
- C) F – F – F – V.
- D) F – V – V – F.

2. A ideia-chave na obra principal do sociólogo Edgar Morin “*O Método*” em relação ao saber é:

- I- especialização.
- II- simplificação.
- III- fragmentação.
- IV- complexidade

De acordo com o texto:

- A) apenas os itens I, II e III estão corretos.
- B) todos os itens estão corretos.
- C) todos os itens estão incorretos.
- D) apenas o item IV está correto.

3. Para mudar a tradição educacional, Morin fala da incerteza e das contradições. Analise as afirmações abaixo.

Segundo Morin deve-se:

- I- ter um pensamento crítico sobre o próprio pensar e seus métodos.
- II- sempre voltar ao começo como num círculo vicioso.
- III- ampliar o conhecimento a cada retorno, porém de forma espiral.

Assinale a alternativa correta de acordo com o texto.

- A) Apenas as afirmações I e II são verdadeiras.
- B) Apenas a afirmação II é verdadeira.
- C) Todas as afirmações são verdadeiras.
- D) Apenas as afirmações I e III são verdadeiras.

4. De acordo com o texto lido podemos concluir que para Morin a escola é um fenômeno complexo pela(o)(s):

- I- diversidade de indivíduos.
- II- objetivos em busca de conexões.

As afirmações I e II são, respectivamente:

- A) verdadeira e verdadeira.
- B) falsa e falsa.
- C) falsa e verdadeira.
- D) verdadeira e falsa.

5. De acordo com o texto o professor:

- Não deve limitar o intelecto das crianças, pois elas têm as mesmas inquietações dos adultos.
- Deve transmitir ao aluno que o homem é um ser transdisciplinar.
- Deve privilegiar a compreensão da natureza do ser humano.

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas um item está correto.
- B) Todos os itens estão corretos.
- C) Apenas dois itens estão corretos.
- D) Todos os itens estão incorretos.

6. Assinale a alternativa em que as palavras, retiradas do texto, NÃO são acentuadas pela mesma regra de acentuação.

- A) só – têm – está.
- B) indivíduo – urgência – responsáveis.
- C) além – francês – adquirirá.
- D) ético – sociólogo – cibernética.

7. Observe as palavras destacadas no trecho retirado do texto.

"Segundo Morin, o profissional mais preparado para operar essa mudança de enfoque é o professor generalista dos primeiros anos do Ensino Fundamental, por ter uma visão ampla do processo."

Assinale a alternativa que indica corretamente as classes gramaticais das palavras destacadas acima, de acordo com o emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem.

- A) I- numeral – II- advérbio – III- advérbio – IV- artigo.
- B) I- conjunção – II- preposição – III- numeral – IV- numeral.
- C) I- preposição – II- advérbio – III- numeral – IV- artigo.
- D) I- substantivo – II- pronome – III- adjetivo – IV- conjunção.

8. Analise as frases abaixo quanto às Vozes Verbais.

- I- "...deve-se valorizar o erro..."
- II- "A reforma do pensamento pressupõe a consciência de si e do mundo"

Assinale a alternativa correta.

- A) As frases I e II estão na Voz Passiva.
- B) As frases I e II estão na Voz Ativa.
- C) A frase I está Na Voz Ativa e a II está na Voz Passiva.
- D) A frase I está na Voz Passiva e a II está na Voz Ativa.

9. Observe a concordância das frases abaixo.

- I- A aluna agradeceu com um "muito obrigado".
- II- Durante as aulas, todos permaneciam alertas.
- III- Agora é duas horas da tarde.

A concordância está INCORRETA:

- A) nos itens I, e III, apenas.
- B) nos itens II e III, apenas.
- C) nos itens I e II, apenas.
- D) nos itens I, II e III.

10. Observe a regência das frases abaixo.

- I- Este aluno sempre esquece o livro em casa.
- II- Esqueceu-se do livro.
- III- Esqueci-me seu livro.
- IV- Esqueceu do meu nome.

A regência está correta:

- A) somente nas alternativas I e II.
- B) somente nas alternativas I e III.
- C) somente nas alternativas II e III.
- D) somente nas alternativas II e IV.

11. Analise as assertivas a seguir, a respeito do conceito de avaliação numa perspectiva construtivista.
- I- O processo de avaliação tem como função observar, analisar e promover melhores condições ao processo de aprendizagem.
  - II- O erro é algo a ser condenado. Logo, quando a criança erra, devemos mostrar nossa indignação.
  - III- Ao avaliar os trabalhos dos alunos, devemos dar destaque aos que estão corretos. É valorizando os trabalhos bem feitos que a criança avançará no processo de aprendizagem.
- Está(ão) correta(s):
- A) as assertivas I, II e III.
  - B) apenas as assertivas I e II.
  - C) apenas a assertiva I.
  - D) apenas as assertivas II e III.
12. Uma Escola pública organizou um projeto de apreciação musical junto à comunidade, em parceria com uma organização não governamental “Música para sempre”. O projeto se referia à divulgação e produção musical, tendo a família como coparticipante do que estava sendo produzido. Para realização, na prática educativa, do que estava sendo proposto, foi necessário:
- A) um estudo do contexto cultural, social e político da comunidade escolar e do seu entorno.
  - B) seguir rigorosamente o que estava sendo proposto nos documentos oficiais.
  - C) estruturar estratégias de ensino que contemplassem a neutralidade da atividade educativa.
  - D) um estudo dos estratos culturais, tendo em vista a incorporação dos costumes musicais das camadas sociais mais privilegiadas.
13. A gestão democrática no âmbito da escola tem sido uma preocupação na Lei de Diretrizes e Bases Nº 9.394, DE 20 de dezembro de 1996, dentro dos seus princípios. A gestão democrática propõe:
- I- ações coletivas e luta pela garantia da autonomia da unidade escolar.
  - II- participação efetiva de todos os seguimentos da comunidade escolar nos processos de tomada de decisão, incluindo entre outros aspectos, a implementação de processos colegiados nas escolas.
  - III- participação restrita dos seguintes segmentos: direção, professores e funcionários da escola.
- Assinale a alternativa correta.
- A) Os itens I, II e III estão corretos.
  - B) Apenas o item I está correto.
  - C) Apenas os itens I e II estão corretos.
  - D) Apenas o item II está correto.
14. À palavra currículo associam-se distintas concepções. Numa perspectiva crítica, podemos conceber o currículo como:
- A) os conteúdos a serem ensinados na escola.
  - B) sendo o conjunto de todas as experiências escolares - as previstas e as que ocorrerem - que se desdobram em torno do conhecimento que se pretende ensinar.
  - C) os planos a serem desenvolvidos na escola.
  - D) os objetivos a serem alcançados por meio do processo educacional.
15. De acordo com o documento *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*, temos como objetivos:
- A) o documento apenas garante a formação de professores para o atendimento educacional especializado.
  - B) o único objetivo do documento é a garantia de acessibilidade urbanística e arquitetônica das instituições para as necessidades especiais.
  - C) o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais.
  - D) o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com deficiência e dificuldades de aprendizagem, exceto casos de altas habilidades/superdotação, já que estes casos possuem características específicas.
16. De acordo com o documento *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* é correto afirmar que:
- A) atividades relacionadas às contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes asiáticos não serão incluídos nos currículos escolares.
  - B) o documento não inclui o ensino da história afro-brasileira e africana.
  - C) o único objetivo da proposta apresentada no documento é romper com a imagem negativa presentes nos meios de comunicação.
  - D) é preciso ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial e social, sem obrigatoriamente mudar a raiz etnocêntrica tradicional europeia totalmente para uma raiz africana.

17. Segundo a Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, de Estatuto da Criança e do Adolescente, é INCORRETO afirmar que:
- A) a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.
  - B) nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.
  - C) considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até treze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre quatorze e dezoito anos de idade.
  - D) a criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.
18. De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, entre os princípios e fins da Educação nacional temos, EXCETO:
- A) Restrições sobre a liberdade em aprender, ensinar, na pesquisa e cultura de acordo com as determinações dos propósitos curriculares.
  - B) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
  - C) Respeito à liberdade e o apreço à tolerância
  - D) Igualdade de condições para o acesso à escola.
19. É correto afirmar que a Resolução CNE/CEB Nº 006 de 2012:
- A) estabelece as Diretrizes para a implementação do processo de Avaliação Interna das Unidades Municipais de Ensino Fundamental
  - B) dispõe sobre a criação do Conselho de Escola nas unidades educacionais.
  - C) define as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio.
  - D) inclui no Currículo Escolar Municipal a obrigatoriedade da temática Cultura Africana.
20. Leia atentamente as afirmações sobre alguns dos principais objetivos da *Política da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC 2008)*.
- I- A escolarização nos níveis mais elevados do ensino não se inclui como objetivo do documento.
  - II- Um dos objetivos é a participação da família e da comunidade no processo escolar inclusivo.
  - III- Um dos objetivos é o atendimento educacional especializado.
- Estão corretos:
- A) apenas os itens I e III.
  - B) apenas os itens II e III.
  - C) os itens I, II e III.
  - D) apenas os itens I e II.
21. O uso das tecnologias da informação e comunicação está muito presente nos dias atuais. Assinale a alternativa que está de acordo com o que é considerada uma concepção atual do uso das tecnologias de informação e comunicação no contexto escolar.
- A) A interatividade presente nas ferramentas de tecnologia de informação e comunicação não altera a posição única do professor de transmissor de saberes.
  - B) Uma característica importante das novas tecnologias de comunicação é a interatividade, tal interatividade traz uma mudança fundamental no esquema clássico da comunicação dentro da sala de aula.
  - C) Uma escola que não inclui a internet como ferramenta que auxilie o processo de ensino não irá contribuir para a exclusão social e digital de seus alunos.
  - D) A contribuição para uma educação de inclusão nas tecnologias da informação e comunicação não exige um conhecimento prévio do professor sobre tais ferramentas e suas potencialidades, pois é um conhecimento já usual e cotidiano de todos.
22. Assinale a alternativa correta sobre as políticas de Educação Inclusiva nas instituições escolares.
- A) A educação inclusiva deve ser iniciada apenas após o ciclo da Educação Infantil, pois neste período a criança ainda não desenvolveu as bases necessárias para a construção do conhecimento.
  - B) O conceito de educação inclusiva e necessidades educacionais especiais (NEE) exclui a interação e as características individuais de cada educando.
  - C) A Educação Inclusiva se concretiza se no ambiente escolar as crianças possam ser atendidas de acordo com suas necessidades específicas de aprendizagem, por meio de ações adequadas a cada situação encontrada.
  - D) A educação inclusiva deve sempre ocorrer de forma paralela e separada da educação comum.

23. Segundo a Legislação Municipal de número 12.988/2007, assinale a alternativa correta.
- A) Os titulares de cargo de Diretor Educacional que estiverem em jornada de 32 (trinta e duas) horas semanais na data da publicação desta Lei, não poderão mantê-la em hipótese alguma.
  - B) As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias privadas, desvinculadas do orçamento vigente.
  - C) O Quadro de Cargos da FUMEC é composto pelos seguintes Grupos de cargos: Grupo Geral e Grupo Magistério.
  - D) Para deliberar sobre assuntos relativos ao Quadro de Cargos da FUMEC, a Comissão Técnica de Gestão de Carreiras deverá convocar um membro indicado pelo presidente da FUMEC, que participará sem direito a voto.
24. No corpo do texto do Manual de Ética da Prefeitura Municipal de Campinas, nos deparamos com o seguinte trecho:
- “Este primado nada mais é do que uma especificação, à Administração Pública, do princípio da igualdade, inscrito no caput do art.5º da Constituição Federal. A Carta Magna repetiu-o no caput do art. 37, quando versou, especificamente, sobre os princípios aplicáveis ao regime administrativo.”*
- Estamos falando do:
- A) Princípio da Impessoalidade.
  - B) Princípio da Imparcialidade.
  - C) Princípio da Imoralidade.
  - D) Princípio da Legalidade.
25. No artigo 185 da Lei Municipal 1.399/55, também conhecida como Estatuto do Servidor Público de Campinas, encontramos que, ao funcionário existem as seguintes proibições:
- referir-se de modo depreciativo em informação, parecer ou despacho às autoridades e atos da administração pública, podendo, porém em trabalho assinado, criticá-los do ponto de vista doutrinário ou de organização do serviço.
  - coagir ou aliciar subordinados com objetivos de natureza partidária.
  - participar da gerência ou da administração de empresas industrial ou comercial, salvo quando estiver de licença para tratar de interesses particulares ou em disponibilidade e durante o período de afastamento.
  - receber propinas, comissões, presentes e vantagens de qualquer espécie em razão das atribuições.
  - promover manifestação de apreço ou de desapreço, fazer circular ou subscrever lista de donativos no recinto da repartição.
- Assinale a alternativa que se refere corretamente às afirmações trazidas acima.
- A) Todas as afirmativas estão corretas.
  - B) Apenas quatro afirmativas estão corretas.
  - C) Todas as afirmativas estão incorretas.
  - D) Apenas duas afirmativas estão corretas.
26. São princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública:
- A) autotutela, impessoalidade, probidade, finalidade e responsabilidade objetiva.
  - B) legalidade, razoabilidade, transparência, publicidade e probidade.
  - C) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
  - D) legalidade, proporcionalidade, isonomia, publicidade e moralidade.
27. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplica-se a seguinte disposição:
- A) investido no mandato de Vereador, deve ficar afastado de seu cargo, emprego ou função, em qualquer hipótese.
  - B) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço deve ser contado para todos os efeitos legais, incluindo-se a promoção por merecimento.
  - C) tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, deve ser afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
  - D) para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores devem ser determinados como se no exercício estivesse.
28. A Constituição Federal veda, como regra, a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, no caso de:
- A) um cargo técnico com um cargo científico.
  - B) um cargo de médico com um cargo técnico.
  - C) dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
  - D) no máximo, três cargos de professor.

29. Para efeitos administrativos, a União pode articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais; nesse sentido, os incentivos regionais devem compreender, além de outros, na forma da lei:
- A) diversidade de tarifas, fretes, seguros e outros itens de custos e preços de responsabilidade do Poder Público.
  - B) prioridade para o aproveitamento econômico dos mares e oceanos nas regiões ribeirinhas, onde a pesca seja a atividade econômica prevalente.
  - C) isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas.
  - D) prioridade para o aproveitamento social dos rios e das massas de água represadas ou represáveis nas regiões de alta densidade populacional.
30. A assertiva constante no texto a seguir, onde se observa que: “... *busca-se garantir que aos hipossuficientes seja garantida a proteção social, exigindo-se dos mesmos, quando possível, contribuição equivalente a seu poder aquisitivo, enquanto a contribuição empresarial tende a ter maior importância em termos de valores e percentuais na receita da seguridade social, por ter a classe empregadora maior capacidade contributiva ...*”, encontra correspondência com o seguinte princípio do Direito Previdenciário:
- A) da universalidade de atendimento.
  - B) da diversidade da base de financiamento.
  - C) da universalidade da cobertura.
  - D) da equidade na forma de participação do custeio.
31. Não deve ser considerado “segurado especial”, o membro de grupo familiar que possuir outra fonte de rendimento decorrente de:
- A) exercício de mandato eletivo de dirigente sindical de organização da categoria de trabalhadores rurais.
  - B) benefício de pensão por morte, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão, cujo valor não supere o do menor benefício de prestação continuada da Previdência Social.
  - C) atividade artesanal desenvolvida com matéria-prima produzida pelo respectivo grupo familiar, podendo ser utilizada matéria-prima de outra origem, desde que a renda mensal obtida na atividade não exceda ao menor benefício de prestação continuada da Previdência Social.
  - D) atividade artística, desde que em valor mensal superior ao menor benefício de prestação continuada da Previdência Social.
32. De acordo com o estabelecido na legislação previdenciária, pode ser afirmado que:
- A) o Poder Executivo deve estabelecer, na forma de decreto, ouvido o Ministério Público do Trabalho, mecanismos de estímulo às empresas que se utilizem de empregados portadores de deficiências física, sensorial e/ou mental com desvio do padrão médio.
  - B) a União é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras da Seguridade Social, quando decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada da Previdência Social, na forma da Lei Orçamentária Anual.
  - C) considera-se remuneração indireta, os valores despendidos pelas entidades religiosas, em face do seu mister religioso, desde que fornecidos em condições que independam da natureza e da quantidade do trabalho executado.
  - D) os valores do salário-de-contribuição devem ser reajustados em datas diversas e com índices diferenciados do reajustamento dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social.
33. Constituem contribuições sociais, dentre outras:
- A) as das empresas, incidentes sobre a remuneração paga aos prestadores de serviço.
  - B) as dos empregadores domésticos, incidentes sobre faturamento e lucro.
  - C) as incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos.
  - D) as dos trabalhadores, incidentes sobre a remuneração creditada aos segurados a seu serviço.
34. Apresenta-se como segurado obrigatório da Previdência Social, como contribuinte individual:
- A) a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não.
  - B) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.
  - C) aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas.
  - D) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.

35. Entende-se por salário-de-contribuição:
- A) para o empregado: a remuneração auferida em uma pessoa jurídica, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos a qualquer título, durante o ano, destinados a retribuir o trabalho pelos serviços efetivamente prestados, nos termos da lei.
  - B) para o contribuinte individual: a remuneração auferida pelo exercício de atividade por conta própria, durante o bimestre, destinado a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, pelos serviços efetivamente prestados ao tomador de serviços nos termos do acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa.
  - C) para o empregado doméstico: a remuneração registrada na Carteira de Trabalho e Previdência Social, observadas as normas a serem estabelecidas em regulamento para comprovação do vínculo empregatício e do valor da remuneração.
  - D) para o trabalhador avulso: a remuneração auferida em uma empresa, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, creditados a qualquer título, durante o semestre, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive os ganhos habituais sob a forma de utilidades, pelo tempo à disposição do empregador, nos termos do contrato.
36. Integram o salário-de-contribuição para os fins da legislação previdenciária:
- A) as diárias para viagens, desde que venham a exceder a 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal;
  - B) a parcela "in natura" recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social
  - C) as importâncias recebidas a título de incentivo à demissão.
  - D) as importâncias recebidas a título de ganhos eventuais e os abonos expressamente desvinculados do salário.
37. No que concerne ao "contrato de trabalho", assinale a alternativa correta.
- A) Empresa tomadora de serviço ou cliente é a pessoa física ou jurídica urbana, cuja atividade consiste em colocar à disposição de outras empresas, temporariamente, pessoal devidamente qualificado, por elas remunerados e assistidos.
  - B) O contrato por obra certa não pode exceder 12 meses.
  - C) Empresa de trabalho temporário é a pessoa física ou jurídica que, em virtude de necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou de acréscimo extraordinário de tarefas, contrata locação de mão de obra.
  - D) Justifica a contratação de trabalhadores temporários unicamente o acréscimo extraordinário de serviços na empresa, devidamente comprovado, ou a necessidade de substituição temporária de determinado empregado pertencente aos seus quadros permanentes.
38. A respeito da jornada de trabalho, pode ser afirmado que:
- A) considera-se regime de tempo parcial, aquele cuja jornada semanal não venha a ultrapassar 30 (trinta) horas, sendo admitida, excepcionalmente, a prestação de horas extras.
  - B) o banco de horas não pode ultrapassar a duração de uma semana de trabalho, e nem pode o empregado trabalhar mais que 12 (doze) horas diárias.
  - C) não é computada na jornada de trabalho o período de repouso e refeição e o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho, salvo local de difícil acesso ou não servido por transporte público e o empregador fornecer a condução.
  - D) o décimo terceiro salário do regime de tempo parcial é proporcional às horas trabalhadas e as vantagens percebidas pelo profissional, considerando-se para efeito de pagamento a sua remuneração média, em caso de mudança de horas prestadas por semana.
39. Apresenta-se como direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
- A) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
  - B) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
  - C) duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias, vedada a compensação de horários.
  - D) remuneração do trabalho idêntica à do labor diurno.

40. A respeito da extinção do contrato de trabalho, pode ser afirmado que:
- A) se tiver havido a extinção da empresa em decorrência de força maior, em virtude de algum evento imprevisível e inevitável que tenha ocorrido sem a vontade do empregador e sem que ele ter concorrido para isso, o empregado terá direito a metade do valor das indenizações a que fizer jus.
  - B) falecido o empregado, haverá o desaparecimento de um dos sujeitos da relação empregatícia, culminando na respectiva extinção do contrato de trabalho desse empregado; nessa hipótese, não se admite a transferência de direitos trabalhistas aos herdeiros.
  - C) a aposentadoria importa diretamente na rescisão do contrato de trabalho, sendo devido ao empregado, um rol de direitos trabalhistas, inerentes à relação laboral extinta.
  - D) na extinção do contrato de trabalho por acordo entre as partes, observa-se a existência da denominada culpa recíproca, quando empregador e empregado cometem falta reconhecida pela Justiça do Trabalho.
41. Não integram a remuneração do trabalhador:
- A) o adicional de insalubridade e a ajuda de custo habitual.
  - B) o adicional de periculosidade e as horas extras.
  - C) a indenização de transporte e participação nos lucros da empresa.
  - D) o adicional noturno e as comissões.
42. O Poder Executivo pode qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos legais; nesse sentido, apresenta-se como requisito específico para que tais entidades possam se habilitar à qualificação como organização social, comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:
- A) permissão de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido, mormente em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade.
  - B) no caso de associação civil, a vedação da aceitação de novos associados, na forma do estatuto.
  - C) obrigatoriedade de publicação semestral, no Diário Oficial da União, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do termo de parceria.
  - D) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral.
43. Configura cláusula essencial do Termo de Parceria celebrado entre o Poder Público e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP):
- A) a de publicação, em jornal de grande circulação, do inteiro teor do Termo de Parceria e de demonstrativo da sua execução física e financeira, contendo os dados principais da documentação destinada à habilitação, sob pena de não liberação dos recursos previstos no Termo de Parceria.
  - B) a de previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando globalmente as categorias contábeis usadas pela organização e o detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores.
  - C) a de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma.
  - D) a de previsão expressa dos critérios subjetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado.
44. A respeito dos serviços sociais autônomos, pode ser afirmado o que segue:
- A) Os serviços sociais autônomos são entidades paraestatais, dotados de finalidade lucrativa, criados por ato governamental.
  - B) atuam ao lado do Estado, e como desempenham tarefas consideradas de relevante interesse público, estão autorizados a arrecadar recursos para a manutenção de suas atividades, as denominadas contribuições parafiscais.
  - C) Os serviços sociais autônomos integram a Administração Pública Indireta dos Municípios, dos Estados e da União.
  - D) Os serviços sociais autônomos podem possuir a natureza jurídica de pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, a depender da finalidade para a qual foram instituídos.

45. Assinale a alternativa que corresponde ao sentido do elemento "soberania", um dos requisitos integradores do Estado:
- A) a soberania é poder político *dependente*, porque está limitada ao poder emanado da Constituição; e é poder político *supremo*, porque na sociedade internacional tem de acatar regras que distem de seus precípuos desideratos.
  - B) O poder soberano, como fonte originária da ordem normativa, não estabelece e nem regula os termos do poder autônomo.
  - C) A soberania representa um *plus* em relação à autonomia, no que diz respeito ao grau de independência e desprendimento com que é exercido o poder.
  - D) A soberania é nota caracterizadora do Estado na ordem interna, enquanto a autonomia interessa à ordem internacional.
46. A administração pública desconcentrada, atua através de:
- A) autarquias e fundações públicas.
  - B) parcerias público-privadas e empresas públicas.
  - C) órgãos e repartições públicas.
  - D) sociedades de economia mista e entidades de apoio.
47. Classificam-se como agentes políticos:
- A) os militares estaduais e federais.
  - B) os agentes administrativos e os empregados públicos.
  - C) os colaboradores da administração e os agentes honoríficos.
  - D) os Conselheiros dos Tribunais de Contas.
48. O erro é substancial quando:
- A) sendo de fato e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico.
  - B) interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais.
  - C) concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, ainda que tenha influído nesta de modo irrelevante.
  - D) por si só, não é suficiente para anulabilidade do negócio jurídico, havendo necessidade de que o magistrado examine a situação em busca da real intenção das partes.
49. A respeito da fraude contra credores, pode ser afirmado que:
- A) se o adquirente dos bens do devedor insolvente ainda não tiver pago o preço e este for, aproximadamente, o corrente, desobrigar-se-á depositando-o em juízo, com a citação de todos os interessados.
  - B) os negócios de transmissão onerosa de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor solvente, podem ser anulados pelos credores quirografários, como lesivos dos seus direitos.
  - C) presumem-se lícitas e regulares dos direitos dos outros credores as garantias de dívidas que o devedor insolvente tiver dado a algum credor.
  - D) o credor preferencial, garantido, que receber do devedor insolvente o pagamento da dívida ainda não vencida, ficará obrigado a repor, em proveito do acervo sobre que se tenha de efetuar o concurso de credores, aquilo que recebeu.
50. No âmbito dos negócios jurídicos, modo ou encargo, se define como sendo:
- A) a cláusula acessória, em regra, aderente a atos de liberalidade *inter vivos* ou *mortis causa*, embora possa aparecer em promessas de recompensa ou em outras declarações unilaterais de vontade, que impõem um ônus ou uma obrigação à pessoa natural ou jurídica contemplada pelos referidos atos.
  - B) a cláusula que subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto, e que requer sempre um fato futuro, do qual o efeito do negócio ficará dependendo; relaciona-se, ainda, a um acontecimento incerto, que pode ou não ocorrer.
  - C) o dia em que começa ou extingue a eficácia do negócio jurídico; é a cláusula que, por vontade das partes, subordina os efeitos do ato negocial a um acontecimento futuro e certo; poder ser inicial, final, certo e incerto.
  - D) a cláusula que subordina o efeito do ato jurídico a evento futuro e determinado, e que decorre de um negócio pretérito, do qual o efeito do ajuste estará dependente; refere-se a um acontecimento, que poderá ocorrer, caso o negócio jurídico não se depare com eventos imprevisíveis.